

[Log in | Cadastro](#)[A consulta está encerrada](#)[Início](#) [Metas aprovadas](#) [PNC](#) [Metas consulta pública](#) [Downloads](#) [Blog](#) [Agenda](#) [Contato](#)

RECONHECIMENTO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

## Meta 3: 50% de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por ações de promoção da diversidade cultural

### Ações relacionadas a esta meta

Esta meta se refere ao número de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por políticas públicas de cultura.

A promoção da diversidade cultural envolve políticas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, bem como ações de valorização das culturas populares.

Entre as ações e projetos do Ministério da Cultura (MinC) que beneficiam povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares podem ser citados: Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Cultura Indígena; implantação e modernização de bibliotecas em áreas quilombolas e indígenas; Prêmios Culturas Ciganas, Culturas Populares e Culturas Indígenas. Estados e municípios adotaram políticas semelhantes às desenvolvidas no MinC, principalmente as baseadas em editais de premiação.

Por povos e comunidades tradicionais entendem-se “os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto nº 6040/07). Hoje, segundo dados da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), existem aproximadamente 4,5 milhões de famílias pertencentes a 26 grupos específicos dos povos e comunidades tradicionais.

As manifestações das culturas populares estão inseridas em um processo contínuo de transformação, sendo retraduzidas e reapropriadas pelos seus próprios criadores, segundo rupturas ou incorporações entre a tradição e a modernização. Isto possibilita a construção e afirmação de identidades, que evidenciam o lugar social que esses agentes culturais buscam afirmar frente à sociedade.

### Situação atual

Não existem dados oficiais sobre a quantidade de povos e comunidades tradicionais e de grupos de culturas populares. Esta meta está diretamente atrelada à cartografia e à implantação do SNIIC, que permitirá a obtenção desses dados.

### Indicador

Número de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por ações do poder público de promoção da diversidade cultural, a partir de 2011, em relação ao total de povos, comunidades e grupos cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

### Fonte de aferição

Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

## Participe!

### Metas relacionadas

[Meta 1: Cartografia da diversidade das expressões culturais no território brasileiro realizada](#)

[Meta 2: Marco legal de proteção dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais e dos direitos coletivos das populações autoras e detentoras desses conhecimentos, aprovado e regulamentado](#)

## Comentários

### 13 comentários

24 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 10:12

Essa meta é de grande importância para elevação da auto estima das pessoas envolvidas em grupos de culturas populares. O intercambio entre municípios desses grupos também é de uma riqueza sem precedentes. Aqui em Minas principalmente na região do Vale do Jequitinhonha tem acontecido um movimento lindo, cada vez mais jovens estão abraçando os movimentos culturais e vendo nas artes populares uma possibilidade de serem vistos e valorizados. Não os abandonem, não permitam que morram da sede de sonhos que todos nós temos. E que mais e mais campanhas de incentivos surjam e proponham aos nossos cidadãos a possibilidade de trocar os vícios pela leveza e sutileza de nossas artes em geral.

É isso. Salve a cultura popular diversa e linda de nosso país.

[ELIZANGELA DE OLIVEIRA ALVES](#) É PEDAGOGO (MG)

#### Sugestão de alteração para esta meta

25 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 17:44

Os Povos Tradicionais de Matriz africana, conhecidos como Povos de Terreiro, não estão inseridos nas políticas públicas vigentes. Não existe um mapeamento, não se sabem quantos são, quantos templos, os números colhidos por ações como o Censo, não contemplam as sutilezas e vilanias da discriminação religiosa/cultural a que esse Povo é submetido. Suas expressões culturais estão se extinguindo no interior e sendo deturpadas e aculturadas nas Capitais, os Terreiros carecem de recursos para que a comunidade possa sobreviver sem ter que abandonar suas origens e tradições.

A SEPPIR e a Fundação Palmares NUNCA realizaram nenhuma ação no sentido da inclusão social, cultural, digital, econômica e política dessas comunidades.

1.

Sugiro que seja realizado um mapeamento nacional das Comunidades Tradicionais de Povos de Terreiro. Em formato de estudo para que sejam implementadas políticas públicas nacionais de registro, divulgação, capacitação/formação, intercâmbio e Economia solidária, geração de emprego/renda, regularização fundiária, isenção de impostos. Isto, com a sensibilidade e a responsabilidade de facilitar o acesso ao Direito, constitucional, a quem o tem garantido e não o consegue acessar.

2.

Sugiro tbm que seja garantido por Lei o Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura, levando a cidadania, a cultura, a educação a tod@s os Municípios do Brasil. Reconhecendo o protagonismo da sociedade e valorizando a cultura local, na fonte, na base, no Ponto.

#### BREVE HISTÓRICO DA LEI CULTURA VIVA

Versão by Stella

Membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

O Ministério da Cultura por meio da SCC -Secretaria de Cidadania Cultural contratou o serviço de consultoria durante o período de janeiro de 2009 até dezembro de 2009, para elaborar um texto base da Minuta do Projeto de Lei para regulamentar o Marco Legal do Programa Cultura conforme as deliberações tiradas no II Fórum Nacional de Pontos de Cultura realizado em Brasília em 2008

Em março de 2010, na TEIA Brasil Tambores Digitais em Fortaleza, o texto base da Minuta do Projeto de Lei foi distribuído para tod@s @s delegad@s do III Fórum Nacional de Pontos de Cultura analisarem nos Grupos de Trabalho dos GTs Temáticos

Todos os GTs apontaram a necessidade de se criar um Marco Legal do Programa Cultura Viva, a Lei Cultura Viva <http://culturadigital.br/leiculturaviva/sobre/>

A proposta original era para que houvesse diversos encontros, seminários e audiências públicas em várias regiões do Brasil para que o Movimento de Pontos de Cultura, artistas, arte educador@s, fazedor@s culturais, grîos, contador@s de histórias e as comunidades envolvidas pudessem juntos e de forma compartilhada elaborar o texto final da Lei Cultura Viva de Iniciativa Popular. Além do que este seria um momento de empoderamento, autonomia e protagonismo do Movimento de Pontos de Cultura e de decisão histórica de seu próprio destino, no entanto pouco conseguimos avançar neste sentido em relação a este texto da Minuta elaborada por esta consultoria (Consultora Adelina França)

Em março de 2011 a Deputada Federal Jandira Feghali com base nesta Minuta de Projeto de Lei, elaborou uma PL 757/2011 para Instituir o Programa Cultura Viva a nível Nacional, Estadual e Municipal, o qual tramita na Comissão de Educação e Cultura do Congresso Nacional, tendo sido designado como relator o Deputado Nazareno Fonteles (PT/PI) <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=495171>

Em maio de 2011 o Deputado Federal Valadares Filho apresentou PL 1378/2011 para Instituir o Programa de Pontos de Cultura a qual foi apensado a PL 757/2011 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=502636>

No dia 25/08/2011 o relator Deputado Nazareno Fonteles despachou requerimento para Requer a realização de Audiências Públicas Regionais da Comissão de Educação e Cultura, para discutir e analisar o Projeto de Lei nº 757, de 2011 e seu apenso, PL nº 1.387, de 2011. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=517332>

Recursos para o Programa Cultura Viva

Atualmente o Programa Cultura Viva é um Programa do Governo Federal e os recursos para os Pontos de Cultura veem do FNC -Fundo Nacional de Cultura e devem estar previstos no PPA(Federal, Estadual e Municipal) e nos orçamentos anuais, tanto para manutenção quanto para a ampliação das Redes

ProCultura

Com a reforma da Lei Rounet serão criadas 13 categorias de Fundo e nenhuma delas especifica Pontos de Cultura e/ou o Programa Cultura Viva e suas ações (Ação Griô, Escola Viva e Cultura Digital) temos que ficar atent@s na audiências públicas da PL Cultura Viva e na PL do ProCultura e fazer pressão junto ao Congresso Nacional

Art. 14. Ficam criadas no FNC as seguintes categorias de programações específicas, denominadas:

<http://blogs.cultura.gov.br/blogdarouanet/projeto-de-lei/>

[LUIZ CARLOS MENEZES DANTAS](#) É REPRESENTANTE GT-COLEGIADO CNPC - SOCIEDADE - CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS

### Sugestão de alteração para esta meta

25 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 23:38

Estou na formação bilingue de pedagogia. Participei do seminário de políticas culturais realizado na Casa de Rui Barbosa-RJ na semana de 21 a 23 setembro e Percebo que destes povos e comunidades enfatizados no texto assim como nos discursos, acredito que passou batido à percepção de todos a Cultura dos surdos que é um povo em minoria de acesso a cultura. Fala-se de indio, negro etc... e surdo não é povo? eles tem cultura e precisa de incentivo para expressar. eles fazem parte da sociedade como minoria em tudo;linguística, cultural, tanto expressiva quanto representativa. SUGESTÃO PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS NAS METAS DE POLÍTICAS PUBLICAS CULTURAIAS. Maria Rosimar Pedrosa, Professora, Designer , Cursando pedagogia bilingue INES-RJ / produção cultural no IFRJ-Nilópolis.

[MARIA ROSIMAR SILVA PEDROSA](#) REPRESENTA INES- INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (RJ)

25 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 23:41

Parabens ao MINC pelo desenvolvimento a cultura. Parabens ao povo Brasileiro que tem uma vasta e lindissima cultura. Viva o NORDESTE CEARENSE /BRASIL.

[MARIA ROSIMAR SILVA PEDROSA](#) REPRESENTA INES- INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (RJ)

26 DE SETEMBRO DE 2011 ÀS 12:03

Hoje para se ter uma idéia, os grupos indígenas e de cultura popular são os que menos têm acesso à nossa cultura. Os editais de fomento solicitam CNPJs e uma série de outros dados. Como valorizá-los se nossas autoridades criam mecanismos de "apartheid"? Participei como presidente da mesa de Museus do Encontro Estadual de Cultura. Naquela ocasião, uma das participantes disse que os indígenas da região do Jaraguá (dentro da Cidade de São Paulo) não tinham acesso a esses mecanismos. Em Parelheiros também. É preciso que haja um Conselho que se responsabilize pela proteção e criação de projetos de valorização dessas comunidades, que embora guardadoras de uma rica cultura, vivem em estado de total vulnerabilidade social.

[ROSELI BIAGE DO CARMO](#) É PRODUTOR CULTURAL (SP)

2 DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 14:48

Os mapeamentos tem servido como sempre como "um tiro no pé" das comunidades e povos tradicionais de matriz africana. Se faz necessário que antes de mapear e entregamos ao poder público todo um saber. Que saibamos para que este banco vai ser formatado. Quais ministérios terão acesso? Por exemplo o da saúde desenvolverá políticas de proteção as formas tradicionais de tratamento implementada nestes locais? Estaremos reconhecendo fornecedores de grãos e carnes para estes locais para garantir a qualidade dos alimentos adquiridos.

té este momento vem se estudando os negros os indígenas, os ciganos mas os que ganham literalmente com estes povos não. Existe um silêncio uma omissão em demonstrar o quanto o "homem branco", o poder público, o empresário ganha com estes segmentos, sem fiscalização, com preços absurdos e etc.

DEsta forma muito mais que mapear fornecedores de carne, aviários. Está na hora de mapear o quanto mantemos este país, exigir de cada comerciante o mapa com recorte racial de quem compra

A cultura viva, os pontos de cultura deste país são eminentemente negro e indígena e são tratados como quem recebe privilégio de 60 mil ano. Enquanto isso se garante a identidade, o equilíbrio no final das contas milhares de jovens de fora das drogas, da violência.

E no final na propaganda aparece que o governo tal fez isso ou aquilo. Tá na hora de mapear quanto se dá de saúde. A sugestão é que parem de ajudar e aprendam e aí sim paguem como qualquer curso de formação com valor de hora trabalhada para cada ponto encontrado. E ponto reconhecido não inventado.

[REGINA NOGUEIRA](#) REPRESENTA TERRA VIVA (SP)

14 DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 15:16

Ola Regina

gostei do que voce falou é isso mesmo,  
e mais, criar politicas publicas que atenda esse povo que sempre foi deixado de lado não é so ver quantos tem mas criar politias publicas para atender de verdade, divulgando os resultados. para todo o Brasil.

[ADELINA MARIA MARTINS](#) REPRESENTA AMZOL- ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA ZONA LESTE (SP)

3 DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 14:25

Essa terceira meta me parece muito bem vista. Apenas quero sugerir que os grupos não mapeados neste momento, sejam projetados para um segundo momento, se possível. O Brasil, esse país tão diversificado não pode fechar o mapeamento dos grupos. Por

exemplo, em Chapecó, SC, há os caboclos que a antropóloga Arlene Renk vem pesquisando, que é um grupo remanescente da mistura indígena e negra que viveu durante décadas na miséria e na invisibilidade.

E sobre as Bibliotecas há se ter um cuidado grande e uma dedicação maior ainda. Boa sorte e Um abraço.

MARA PAULINA WOLFF DE ARRUDA REPRESENTA UNOCHAPECÓ (SC)

12 DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 14:04

No texto, entende-se po povos e comunidades tradicionais: “os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto nº 6040/07).

Como não há uma relação de quem seriam esses grupos, mas já há um dado aproximado de “aproximadamente 4,5 milhões de famílias pertencentes a 26 grupos específicos dos povos e comunidades tradicionais.” – gostaria de saber se os grupos circenses que itineram pelo Brasil todo levando cultura artística a lugares que não tem nada (a não ser TV), estariam incluídos nesse grupo?

Claro que para mim é necessário essa inclusão, mas quero fazer um alerta para esses artistas que garantem lazer, diversão e cultura para milhares e milhares de pessoas, que não têm acesso a nenhum outro tipo de artes. Os circenses itinerantes da lona preenchem todos os itens do que se entende por povos e comunidades tradicionais.

Erminia Silva – pesquisadora da história do circo, professora doutora convidada da Unesp-SP

ERMINIA SILVA É HISTORIADOR (SP)

13 DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 19:42

#### DECLARAÇÃO DOS POVOS DE TERREIRO DE ITABUNA, BAHIA

Os Povos de Terreiro de Itabuna, Bahia, a partir de sua I Conferência Livre, organizada pelo Ilê Axé Ijexá, pelo Ilê Axé Oyá Funké e pelo Ilê Axé Iyá Omi, realizada em 8 de outubro de 2011, no Ilê Axé Ijexa, com objetivo congregar praticantes de religiões de matriz africana para discutir suas prioridades coletivas, visando alcançar a inclusão através das políticas públicas,

- diante da declaração da ONU que este é o ano do afrodescendente;
- diante das mudanças anunciadas pelo Governo da Bahia e do Brasil;
- diante dos resultados até agora alcançados pelas Conferências protagonizados pelo governo municipal, estadual e federal, na área da Cultura;
- diante das ações promovidas pelo Governo da Bahia, para organizar seus territórios de cultura;
- diante da vontade expressa e atitudes do Governo Federal de promover a organização social dos excluídos;
- diante da falta de políticas públicas nos três níveis de governo para as comunidades tradicionais de cultura de matriz africana no Sul da Bahia;

Declaramos que os grandes problemas que envolvem as comunidades aqui em apreço têm como eixo questões identitárias de ordem externa e interna, em torno das quais giram todas as demais.

Em torno do primeiro eixo, torna-se necessário:

- Dar visibilidade às ações dos terreiros através de diferentes mídias, otimizando o uso das mídias tradicionais e das novas tecnologias, buscando a difusão da cultura religiosa afro-brasileira, resguardando o respeito e a liturgia;
- Exercer pressão às autoridades governamentais para fazer valer as políticas públicas;
- Perseguir a regularização fundiária de terreiros e a titulação de terras quilombolas;
- Promover ações de interferência em questões educacionais e curriculares (para fazer cumprir as Leis 10.639 e a 11.645);
- Dialogar com outros movimentos sociais, a exemplo do MNU e LGBTT;

- Esclarecer questões relativas aos direitos previdenciários dos pais e mães-de-santo;
- Reivindicar a garantia do direito à segurança, transporte e liberdade de culto;
- Promover marchas, seminário e outros eventos, seminários que dêem visibilidade do culto afro-brasileiro;
- Construir projetos e fixação destes projetos nos poderes municipais, estaduais e governamentais, para que eles se tornem permanentes;
- Garantir a realização da II Conferência de Povos de Terreiro;
- Garantir o acesso à comunicação cidadã;
- Promover a participação de candidatos das comunidades religiosas de matriz africana no pleito eleitoral, para viabilizar a ocupação de espaços de gestão governamental;
- Promover encontros com professores para discutir o culto afro-brasileiro como pauta de currículo educacional;
- Criar comissões formadas por povos de terreiro para estudar e monitorar o cumprimento das leis municipais, estaduais e federais;
- Fomentar discussões para criação de Conselho da Promoção da Igualdade Racial;
- Solicitar reformas para incluir o texto do Art. 275, da Constituição do Estado da Bahia, com as modificações que se fizerem necessárias, na Lei Orgânica do Município de Itabuna, e na Constituição Federal.

Quanto ao segundo eixo, é imprescindível:

- Criar fundações de defesa e fomento da cultura afro-brasileira;
- Responder positivamente ao que somos. É preciso que nos assumamos enquanto afrodescendentes;
- Promover ações agregadoras entre as casas de culto religioso de matriz africana, para diminuir o silenciamento dos povos de terreiro (ocultamento da identidade);
- Salvaguardar o patrimônio material, através da criação de associações para os terreiros que garantam a permanência dos cultos;
- Criar de um boletim informativo para as comunidades;
- Promover inclusão digital;
- Construir calendário de atividades articuladas para as comunidades de terreiro do território litoral sul;
- Produzir documento (cartilha) que reflita os direitos das casas de santo;
- Definir a questão: qual é a denominação oficial que teremos;

Definição escolhida pela maioria: Povos de Terreiro.

Sendo essa a nossa voz que expressa nossas necessidades para sejamos considerados verdadeiramente como cidadãos brasileiros, cobramos das instâncias governamentais, em seus mais diversos níveis, a atenção e o respeito ao nosso fazer e viver, além do cumprimento da Lei, nos garantindo os direitos a nós concedidos pela Constituição Brasileira. E para que tais direitos sejam legitimamente garantidos, que as instâncias governamentais realmente criem condições, através de políticas públicas que nos incluam enquanto cidadãos brasileiros, artífices da cultura nacional, há 500 anos aliados do acesso e consumo dos bens culturais da nação que ajudamos a construir, desde nossos ancestrais.

Itabuna, 9 de outubro de 2011.

coordenação da I CONFERÊNCIA LIVRE DE POVOS DE TERREIRO DE ITABUNA/BA

[LUIZ CARLOS MENEZES DANTAS](#) É REPRESENTANTE GT-COLEGIADO CNPC - SOCIEDADE - CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS

18 DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 17:26

Quanto a questão do acesso, acredito que a estão da infraestrutura que os pontos de cultura, pontos de leitura, pontões, pontos de museus, etc., projetos estes que podem realmente desenvolver o acesso e a formação de público, além de promoção da diversidade cultural.

Veja, nos fazemos presentes em determinados locais, porque nos sentimos parte daquele universo. Assim, as estruturas locais fazem-se necessária para o empoderamento popular e dos artistas das regiões.

[DANIELA RUEDA](#) É BIBLIOTECÁRIO, ARQUIVISTA, MUSEÓLOGO E ARQUEÓLOGO (SP)

18 DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 20:57

Esta meta é de importância extraordinária.

Sugiro a inclusão nominal das culturas dos imigrantes entre as demais acolhidas aqui.

A prioridade – ao menos documental – dada aos indígenas e afro-descendentes é justa, é urgente e é necessária. As muitas comunidades de imigrantes existentes neste país gigantesco precisam ser lembradas e incluídas.

[NEDI TEREZINHA LOCATELLI](#) É ADMINISTRADOR (SC)

20 DE OUTUBRO DE 2011 ÀS 14:02

A rede nacional dos Pontos de Cultura, chega onde Governo algum consegue chegar sozinho, então é estratégico para o país o fortalecimento desta rede, com aprovação e regulamentação das leis – Cultura Viva e Lei Griô, como instrumentos de garantia de aplicação de recursos para as culturas populares e tradicionais. Outra medida importante é ampliar a metodologia do prêmio culturas indígenas-MinC, que respeita profundamente a oralidades dos povos, pois aceita-se inscrição de proposta ligando – 0800 de um orelhão, para gravar sua proposta na língua de seu povo.

Catarina Ribeiro – Ponto de Cultura a Bruxa Tá Solta – Rorainópolis – Roraima

[CATARINA RIBEIRO](#) REPRESENTA GRUPO DE TEATRO A BRUXA TA SOLTA (RR)

Ministério da  
Cultura

